

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do, acentuando o ca
cia social; a sociolo
a oposição entre o
as comunidades, t
am novas análises s
estruturantes e disp

História das Instituições I (1779-1884)

(SIGLAS – ARCL, Academia Real das Ciências de Lisboa; ARC, Academia Real das Ciências; DHP, *Dicionário de Historiadores Portugueses*; DHPJS, *Dicionário da História de Portugal*, Joel Serrão; FD, Faculdade de Direito; FDUC, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; FDUL, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; FEUP, Faculdade de Economia da Universidade do Porto; FLUC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; FLUL, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; FMUP, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; UC, Universidade de Coimbra; UE, Universidade de Évora; MJ – Ministério da Justiça)

Abordar a História das Instituições para uma época anterior ao 25 de abril de 1974 é, de uma forma geral, falar também da História do Direito. E isto teve, entre outras, duas consequências importantes para a época. A primeira diz respeito ao facto de os cultores da história das instituições terem sido, salvo raras exceções, académicos das FD, embora, com o aparecimento das Faculdades de Letras e do curso de Ciências Histórico-Filosóficas, comecem a aparecer os primeiros historiadores *tout court* e a surgir, inclusive, historiadores sem formação universitária. Mas a prevalência dos *jushistoriadores* fez da história das instituições uma história que privilegiou as fontes legislativas e o modelo de organização do Estado. A segunda tem a ver com o entendimento que, à época, se tinha das «instituições», diferente do que viria a ser adotado pelos historiadores pós-modernos e que constitui o quadro teórico onde se enquadra o autor deste texto. Se esta nova análise institucional passou a centrar-se nos mecanismos multidimensionais da produção de poder visto como *puissance* de controlo e disciplina, antes as «instituições» eram entendidas como integrantes do sistema jurídico que só aceitava o poder segregado pelo direito oficial e pelo Estado.

A génese desta «revolução» teórica imbricou-se numa rede epistemológica plural que emergiu nas primeiras décadas do século XX e mudou a forma de ver o poder e a sociedade. Estão, entre muitas outras, a referência marcante da microssociologia de Georg Simmel (1858-1918) que irá contribuir para a desconstrução dos mecanismos de centralidade política; as linguagens taxonómicas e de diferenciação política e social a partir das obras de Norbert Elias (1887-1990) sobre a sociedade de corte e o processo civilizacional; a descoberta da autonomia de certos instrumentos e práticas do Estado (burocracia e administração) no seguimento do contributo de Max Weber (1864-1920) para o entendimento das instituições como formas sociais duráveis de organização do poder; a crítica sociológica de Émile Durkheim



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1858-1917) à teoria jurídica liberal, nomeadamente ao monopólio da imposição do poder supra-individual do Estado, acentuando o carácter social e solidário das normas jurídico-institucionais - uma espécie de consciência social; a sociologia de Georges Gurvitch (1894-1945) ao destacar os aspetos “não oficiais” do direito, a oposição entre o direito escrito e o direito vivo enraizado nas tradições, nos costumes e na vida das comunidades, uma teia de poderes multifacetados e plurais; os vários estruturalismos que abriram novas análises sobre o poder (produção simbólica, processos de inculcação, imposição das estruturas estruturantes e dispositivos disciplinares) que seriam incorporadas no arsenal teórico da pós-modernidade (por exemplo, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Pierre Legendre e Félix Guattari - para um enquadramento destas questões e bibliografia, ver Hespanha, 1986). E, mais recentemente, haverá que realçar as variantes do neo-institucionalismo com novas contribuições teóricas no campo histórico, sociológico e da ciência política (Hall, “As três versões do neo-institucionalismo”, 2003).

No campo dos *jushistoriadores* despontava, também, a ideia de que a história das instituições era, essencialmente, uma história dos factos sociais. Uma renovação «provocada» por Maurice Hauriou (1856-1929), *jushistoriador* francês, que tomou as instituições como «coisas» objetivas, fossem normas jurídicas ou não, privilegiando a análise do processo da instituição mais do que a própria instituição. Ao contrário de Émile Durkheim que realçava a coerção da força coletiva para impor constrangimentos, Maurice Hauriou substituiu-a pelo conceito do poder de consentimento das partes para gerar equilíbrio entre forças sociais, económicas e políticas. Por isso, no seu entender este poder não se limitava só ao Estado: “Une institution est une idée d’oeuvre ou d’entreprise qui se réalise et dure juridiquement dans un milieu social; pour la réalisation de cette idée, un pouvoir s’organise qui lui procure des organes; d’autre part, entre les membres du groupe social intéressé à la réalisation de l’idée, il se produit des manifestations de communion dirigées par les organes du pouvoir et réglées par des procédures” (*apud* Millard, “Hauriou et la théorie de l’institution”, *Droit et Société*, nº 30/31, 1995, p. 392).

Se estas teorias tiveram repercussões enormes na Europa para superar a história institucional de pendor estadualista, liberal e positiva, não tiveram repercussões em Portugal senão a partir do fim do Estado Novo. Aconteceu o mesmo com o movimento historiográfico da *Escola dos Annales* e da vaga revisionista da historiografia marxista na medida em que tomavam a história institucional por uma coisa menor, um reflexo do modo de produção e das forças produtivas. As tendências que, apesar de tudo, estavam a contrariar esta moda, nomeadamente a partir de Louis Althusser (teoria da sobredeterminação), não foram sequer rececionadas em Portugal.

Só nas últimas três décadas do século XX, depois dos trabalhos de António Manuel Hespanha, curiosamente um historiador que veio do Direito (Cristina Nogueira da Silva et al. Eds., *António Manuel Hespanha, Entre a História e o Direito*, 2015), a história das instituições começou a trabalhar temas inovadores enquadrados no descentramento do(s) poder(es), construção social e política do Estado, perda



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do monopólio das instituições de coerção, descoberta do poder doce da persuasão, violência simbólica, mecanismos de legitimação, pluralismo político, alteridade das normas jurídicas, autopoiese da burocracia, o amor e os afetos da dominação ou dispositivos disciplinares de governo.

Seja como for, estas duas grandes dimensões teóricas e metodológicas, a de pendor mais formalista-estadualista e a da fragmentação de objetos de estudo e de metodologias continuaram até ao tempo presente, privilegiando diversas análises e críticas que contribuíram e contribuem para a valorização e o enriquecimento do próprio conceito de instituição e da história das instituições. Podemos concluir que a historiografia institucional, ao longo do período coberto por este DHP, foi marcada, fundamentalmente, pelo positivismo e pela teoria liberal estadualista e não evidenciou quaisquer tendências teóricas de interpretação (ver, para boa parte do período, Armando C. Homem, «Do Liberalismo à República ou um Tempo de Oportunidades Perdidas: para um perfil do “historiador português” de Oitocentos», *Revista Portuguesa de História*, 42, 2011, pp. 85-94). O contexto foi, também, marcado pela preferência por temas como as cortes, municípios, poder régio, organização da administração central e corporações, uma escolha justificada pelo liberalismo para quem estas instituições marcaram o programa regenerador contra o «absolutismo», como pelo Estado Novo devido à natureza ideológica do regime. Seja como for, esta história das instituições contribuiu com inegáveis serviços para a futura historiografia: incorporação dos arquivos dos organismos do Antigo Regime, custódia e criação de instituições de arquivo, tratamento documental (instrumentos de descrição e acessibilidade), produção em massa de coleções de legislação, dicionários e repertórios e, não menos importante, a formação de arquivistas e bibliotecários.

Entre 1788 e 1794, alguns sócios da ARCL começaram a visitar cartórios e a fazer inventários dos acervos documentais, sendo notável o relatório de João Pedro Ribeiro *Sobre o estado atual dos cartorios do Reino e necessidade de acautelar pelos meios oportunos a sua total ruina* (1798). Seria, por isso, nomeado professor de Diplomática na UC, disciplina que viria a ser transferida para a Torre do Tombo (1801), mais tarde Arquivo Nacional (Regulamento de 1823), com a missão de incorporar os acervos das instituições extintas com a revolução. O crescimento da documentação e a necessidade de acesso à mesma desenvolveu os instrumentos de descrição e as técnicas de instalação arquivística, criando uma configuração funcional totalmente nova em relação ao antigo arquivo administrativo da Coroa. Os regulamentos posteriores (1839, 1862) irão melhorar a qualidade dos processos de incorporação e a elaboração de índices de consulta, embora o acesso público à documentação seja do início do século XX (1911). Sem dúvida que, no plano orgânico, a ARCL foi a instância que integrou esta história institucional evidenciada no conjunto de memórias, na atribuição de prémios de investigação, na valorização do arquivo e da biblioteca, na produção e divulgação de fontes legislativas, jurídicas, regulamentares e na edição de repertórios e obras inéditas (Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa...*Lisboa, 1972-74).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Esta atividade exigiu, necessariamente, a formação em diplomática, numismática, bibliologia e paleografia, acabando por levar à criação de “um curso de instrução superior, denominado de bibliothecario-archivista” (1887), bem como da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. No início do século XX, com os ideais republicanos sobre educação e cultura, “os serviços das Bibliothecas e Archivos Nacionaes” foram reorganizados (1911) e espalhados por todo o país como é o caso, por exemplo, dos arquivos distritais (1916, Leiria, Bragança e Évora; 1917, Braga; 1918, Lisboa e Santarém; 1931, Porto, Coimbra, Guimarães, Funchal, Ponta Delgada; 1932, Viseu; 1933, Portalegre; 1948, Angra do Heroísmo; 1965, Aveiro, Castelo Branco, Faro, Beja, Guarda, Horta, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real) e, também, dos arquivos «institucionais» como o da Universidade de Coimbra (também arquivo distrital desde 1927), Arquivo Histórico Militar (1911), Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (1852), Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1921), Arquivo Histórico Ultramarino (1931), Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (1937) e muitos arquivos municipais. O mesmo aconteceria à formação dos historiadores com o Curso Superior de Letras (1858-1911) e o surgimento das Faculdades de Letras (1911).

O certo é que, apesar desta rede arquivística, a história institucional assentou, sobretudo, nas fontes jurídicas e, por isso, o século XIX foi o século da edição de coleções de legislação: leis, decretos, alvarás, regulamentos, regimentos, suplementos, repertórios, índices e auxiliares (ver a panóplia desta variedade em A.M. Hespanha, *A História do Direito na História Social*, Lisboa, 1978). Terá sido, aliás, esta procura pela legislação impressa que levou à proliferação de oficinas tipográficas especializadas como, entre as mais importantes, a oficina de João António da Silva (1778), António Rodrigues Galhardo, Miguel Rodrigues e a Nunesiana (1797-1801), as tipografias Maignense e Luís Correia da Cunha (1825-1860), Viúva Silva e Filhos e Alípio Castello Branco (1838-1842). A esta moda colecionista associou-se o enciclopedismo com trabalhos que, ainda hoje, são de consulta obrigatória como a obra de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), *Diccionario Bibliographico Portuguez* (continuado por Wescleslau de Brito Aranha e J.J. Gomes de Brito), 1858-1958, 25 volumes; de Clemente José dos Santos (barão de São Clemente, 1818-1892), taquígrafo na Câmara dos Pares, *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa* (1884, oito volumes); do Visconde de Santarém (1791-1856), *Memórias para a História, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebraram pelos Tres Estados do Reino, ordennadas e compostas neste anno de 1824* (1827-8), com nova edição e um estudo de António Sardinha (1924), o *Diccionario Jornalístico Portuguez* de Augusto Xavier da Silva Pereira (1838/1902), 1889, ou o *Diccionario Histórico, Chorografico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico* (1904-1915).

Por outro lado, a marca da componente ideológica foi evidente na seleção das instituições e no género narrativo. A vitória dos liberais (1834), a implantação da República (1910) e o 28 de maio (1926), para além de forçarem esta contaminação, fixaram a memória dos seus “heróis” e a educação das gerações através



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

da “aprendizagem” do passado (caso emblemático do culto da ‘memória nacional’, ver Sérgio C. Matos, *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*, 1998, p. 240). Os pontos altos desta história, indistintamente *engagé*, foram o Congresso do Mundo Português (1940), o VIII Centenário da Fundação de Portugal (1943) e o III Centenário da Restauração (1940). Acontecia o mesmo na história do direito com o retorno ao dogma legalista-estadualista, forçando a cumplicidade do Direito do Estado com o Direito da Nação, dogmática bem ilustrada por Luís Cabral de Moncada (1888-1974), jurista e professor de Direito da UC, um ativista do Integralismo Lusitano e do nacional-sindicalismo, diretor da FD (1955 a 1958), vice-reitor da UC (1932 a 40), condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant’Iago da Espada (1969) e *honoris causa* pela universidade de Heidelberg (1936).

Se estas características dominaram a historiografia referente ao período do DHP, o facto é que houve, também, singularidades de que destacaríamos duas. O debate que começou nos finais do século XIX sobre a periodização política e institucional, tendo em conta a definição de lógicas de continuidade do processo histórico e o critério da utilização dos reinados como períodos «naturais» e lineares. E o aparecimento de grandes sínteses e monografias que envolveram o trabalho em equipa ou a investigação individual aprofundada, embora as monografias académicas sejam raras. Podemos dizer o mesmo sobre as *Histórias Gerais* quase sempre inacabadas. Percebe-se, assim, que esta historiografia só pode ser compreendida e analisada tendo em atenção o ambiente em que os historiadores trabalharam, os recursos humanos e materiais disponíveis, o nível de desenvolvimento técnico da arquivística e da biblioteconomia, a tipologia das fontes e, sobretudo, o entendimento teórico dos conceitos de poder e de instituição.

Para o recenseamento mais importante desta historiografia temos que começar, obviamente, por Pascoal de Melo Freire (1738-1798), Lente de Direito Pátrio da UC, autor do primeiro manual de História do Direito, *Historia juris civilis lusitani* (redigido entre 1783 e 1789), *Instituições do Direito Civil Português (tanto público como particular)*, adotado como compêndio nas FD [?] e cuja influência perdurou até meados do século XIX. No Livro I (títulos VII a XV) invoca os vereadores, almotacés, companhias do comércio, Fábrica das Sedas de Lisboa, Fábrica de Panos da Covilhã, Junta do Comércio, Juiz da Índia e Mina, Conselho Ultramarino, Almotacé-mor, Provedor da Saúde, Provedor Régio, Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino, Real Mesa Censória, alcaides-mores, capitão de ordenanças, corregedores, provedores, juizes, Auditor Militar, Conselho de Guerra. No Livro II (título II) descreve as competências do Desembargo do Paço, dos municípios, juizes ordinários, vereadores, oficiais, juizes dos órfãos, de vintena para, no título III, dissertar sobre a correição, donatários, ouvidores, Casa da Rainha, Real Casa do Infante, Casa dos Duques de Bragança, oficiais maiores (mordomo-mor, almotacé-mor, aposentador-mor, monteiro-mor) e suas competências. Ao hierarquizar os tratamentos protocolares lista uma série de ofícios régios além dos Grandes do Reino, Eclesiásticos, Duques, Marqueses e Condes. Foi continuado, em alguma medida, por Francisco Coelho de Sousa Sampaio (17?/1820?) com as *Prelecções do Direito Pátrio, Público e Particular*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1793) e, sobretudo, por Coelho da Rocha (1793-1850) docente da FDUC com o *Ensaio sobre a História do Governo e Legislação de Portugal para servir de Introdução ao Estudo do Direito Pátrio* (1841, manual até ao final do século) e as *Instituições de Direito Civil Português, para uso dos seus discípulos* (1848), em especial a história sobre morgados, vínculos, capelas, aforamentos, legados pios e enfiteuse.

De certo modo inusitado foi o reaparecimento (1804) do livro de Frei Nicolau de Oliveira (1566-1634) que servirá como fonte para muitos trabalhos posteriores. O autor esteve em Marrocos, na libertação de cativos, e publicou (1620) o *Livro das Grandezas de Lisboa composto pelo padre Frey Nicolao d'Oliveira, religioso da Ordem da Sanctíssima Trindade, e natural da mesma cidade, dirigido a D. Pedro d'Alcáçova, alcaide mor das três villas, Campomayor, Ongvella, e Idanha a Nova, e comendador das Idanhas* com um resumo sobre a rede orgânico-funcional da Administração Central da Coroa: Senado da Câmara, tribunais, Juízo da Alfandega, Mesa da Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda, Conselho de Estado, Tribunal do Santo Ofício, Tribunal da Legacia, Desembargo do Paço, Juízo dos Feitos d'El Rey e da Coroa e Chancelaria da Corte, para além de elencar ofícios e descrever a tramitação processual.

Pela mesma altura, Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822), franciscano, membro da ARCL e notário apostólico (1791), visitou muitos arquivos e bibliotecas e compilou o *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Publicado em beneficio da litteratura portugueza, e dedicado ao Principe Nosso Senhor.*

Mas a prática do método diplomático e paleográfico foi marcada por João Pedro Ribeiro (1758-1839) com as *Dissertações Chronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiástica e Civil* (1810-1836) e pelo estudo da legislação e dos modelos de governação de José Anastácio de Figueiredo (1766/1805), *Synopsis Chronológica de Subsídios, ainda os maiores, para a Historia e estudo critico da Legislação Portugueza* (1790) e *Memória sobre a origem dos nossos Juizes de Fora* (1792).

Contudo, os trabalhos mais relevantes pertenceram a Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1777-1838) que estudou no Colégio dos Nobres antes de ingressar na UC para terminar Direito Canónico (1799). No período anterior à revolução foi lente da UC, membro da ARCL e viria a ser eleito deputado às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa e nomeado Par do Reino (1834). Sendo vice-Presidente da ARCL escreveu a *Memória sobre os Chancelleres Mores dos Reis de Portugal, considerados como primeiros Ministros do despacho e expediente dos nossos Soberanos* (1837), onde relata o aparecimento do ofício (D. Afonso Henriques) e compara com outros da Casa Real no tempo de D. Afonso II e D. Dinis como os escrivães da puridade que irão concorrer com o poder dos chanceleres-mores. Seria com D. João III que a jurisdição dos chanceleres passou para o Desembargo do Paço e para o Juiz da Chancelaria da Casa da Suplicação, enquanto os Escrivães da Puridade monopolizaram a assistência ao despacho régio. Aborda, depois, o surgimento dos secretários d'El-Rei e os Secretários de Estado, um tema



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que será continuado noutros trabalhos, um relativo à *Memória sobre os Secretários dos Reis e Regentes de Portugal desde os antigos tempos da Monarquia até à aclamação de el-Rei D. João IV*, e outro acerca da *Memória sobre Os Escrivães da Puridade dos Reis de Portugal, e do que a este officio pertence*, (1835). Na sequência das queixas às Cortes sobre a Mesa da Consciência e Ordens, apresentou um projeto para a sua extinção (1822) acompanhado por uma *Memória sobre a origem da Mesa e a demonstração da sua inutilidade* serviria, mais tarde, para a sua extinção (16 de agosto de 1833). De referir, ainda, José António de Sá (1771/1819) com o estudo *Sobre a origem e jurisdição dos corregedores das comarcas*, 1806.

Outra importante figura foi Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1756-1819), de família letrada ingressou na Ordem de Cristo, aderiu ao projeto pombalino e lecionou no colégio dos Nobres até 1804. Fundador da ARC e próximo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pertenceu à mesma loja maçónica (Loja Amizade, criada em 1801) com o Principal da Sé de Lisboa e irmão do Conde de Linhares e, ainda, com Jácome Ratton, Francisco de Borja Stockler e os filhos do Intendente Pina Manique (Paulo Nogueira de Andrade Pina Manique e Pedro António de Pina Manique). Por ter sido advogado da Casa da Suplicação decidiu escrever as *Primeiras Linhas sobre o Processo Civil* (1818) sobre o circuito processual dos tribunais, a jurisdição dos corregedores, provedores, juizes de fora e órfãos. Porém, a obra mais útil para a história das instituições foi o *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Pratico, remessivo às leis compiladas e extravagantes* (1825-1827, 3 tomos).

A influência de Alexandre Herculano (1810/1877) teve consequências pelo pioneirismo da sua obra e pelo que representou de rigor e modernidade na conceção de uma história de base documental e crítica (Sérgio C. Matos, *Idem*, p.27). Ao declarar que o mister da História é “averiguar qual foi a existência das gerações que passaram” e que “quem se ocupar da história portuguesa há de sepultar-se nos arquivos públicos e descobrir entre milhares de pergaminhos (...) aquele que faz ao seu intento; (...) há de avivar as inscrições, conhecer os cartórios particulares das catedrais, dos municípios e dos mosteiros; há de ser paleógrafo, antiquário, viajante, bibliógrafo, tudo” (vol. I, pp. 19, 23), Herculano contribuiu decisivamente para a profissionalização e a autonomização do estatuto de historiador.

No que às instituições diz respeito, a sua *História de Portugal*, embora não ultrapasse o século XIII, traça um quadro geral do funcionamento da monarquia e dos organismos do poder central, mas é sobre o municipalismo que o seu trabalho atinge dimensão maior, dada a importância que atribuíra às instituições locais no desenvolvimento do país e no combate ao centralismo político que considerava um entrave ao progresso nacional. Depois de traçar um minucioso quadro das origens e da evolução dos municípios, as instituições concelhias são caracterizadas em todas as suas competências e contornos legais, bem como o conjunto das autoridades locais e o corpo de funcionários. Salaria o papel dos *forais* enquanto cartas fundadoras de municípios e instrumentos de direito público local. Herculano criou, pois, um quadro historiográfico que seria seguido pelas gerações futuras de historiadores das instituições municipais. O



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

rigor, a erudição e a exigência documental como critério de legitimação da obra historiográfica condicionaram também a dedicação de Herculano na compilação dos *Portugaliae Monumenta Histórica*, obra que pretendia colocar Portugal ao nível dos países europeus onde os estudos históricos conheciam maior desenvolvimento.

Alexandre Herculano não deixou de ser também um divulgador da história, quer na imprensa periódica, quer na novela histórica que tão bem cultivou, uma vez que atribuía à história uma função cultural e cívica, essencial ao restabelecimento da confiança nacional e à regeneração do país. Foi um iminente polemista como evidencia a sua *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1859) que pretendia combater o centralismo e o catolicismo ultramontano, em nome do espírito de tolerância liberal. Do ponto de vista institucional esta obra apresenta, também, um quadro completo da criação e desenvolvimento da Inquisição, bem como da regulamentação e funcionamento do tribunal, constituindo uma obra imprescindível para o seu estudo. A propósito de uma outra polémica no parlamento para “ressuscitar” o Colégio do Nobres, Herculano traçou a história desta instituição *Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres* (1841).

A extensa obra de Simão José da Luz Soriano (1802-1891) constituiu outro marco da historiografia institucional não académica. Bacharel em medicina (UC, 1842), oficial da Marinha, deputado por Angola durante a Regeneração e homem dos sete ofícios, filho de pais humildes, estudou na Casa Pia e na UC como bolseiro. Interrompeu os estudos por causa da guerra civil, alistando-se no batalhão dos académicos de Coimbra e acompanhou os exilados até à ilha Terceira (1829). Encomendada pelo governo (foi Sá da Bandeira, Ministro da Guerra, que contratou a obra, 1861), a *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política d’este reino desde 1777 até 1834*, (19 vol., 1866-1890) surge no seguimento da *História do Cerco do Porto* (1846-1849). No prefácio reconhece que escreve “por conta do governo” (Tomo I, p. XIII) e propõe-se acompanhar os avanços europeus em matéria de “investigação e progresso” dos “estudos históricos”, já que “a história de qualquer povo, relatando as suas instituições, os seus costumes, o sistema do seu governo”, deve contribuir para a “ilustração e civilização desse povo” (Id., p. VII). Com base num sólido conjunto de fontes, que transcreve e publica em anexo, Luz Soriano considera que o “máximo interesse” da História de Portugal deve começar “quando muito no reinado de D. Pedro II” porque só a partir de então o reino “começou a progredir novamente na estrada da ilustração e civilização” (Id., pp. VIII-IX). Considerando de grande importância as medidas pombalinas (que abordaria numa outra obra), resolve iniciar a sua narrativa no reinado de D. Maria I e terminá-la no início do reinado de D. Maria II, quando as instituições liberais se consolidaram. De forma particular, divide o período em três épocas: de D. Maria I até à primeira invasão francesa (1777-1807); a que coincide com a guerra peninsular (1808-1814); e a terceira, de 1815 até 1834. A narrativa positivista é mesclada por opiniões e juízos pessoais pelo facto de ter participado nos factos que



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

descreve. É também autor de uma *História do Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquez de Pombal* (1867) e da *Vida do Marquez de Sá da Bandeira* (1887).

Vejamos, agora, duas *Histórias de Portugal* que surgiram depois da que Herculano não completou. Uma, com qualidade menor, de Manuel Pinheiro Chagas (1842/1895), *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à atualidade, escrita segundo o plano de Ferdinand Denis por uma Sociedade de Homens de Letras* (8 vols.) e a *História de Portugal popular e ilustrada*, continuada por J. Barbosa Colen, Marques Gomes e Alfredo Gallis (14 vols, 1899-1909). São obras que se baseiam fundamentalmente em estudos de outros autores, constituindo uma narrativa de factos onde se valoriza a ação dos grandes homens e dos episódios mais marcantes com o objectivo da divulgação histórica (Sérgio C. Matos, *Idem*, pp. 37-38).

Outra, mais significativa, de Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), alto funcionário da administração pública, jornalista e político que exerceu os cargos de deputado, Par do Reino e ministro no governo do duque de Loulé (1869-70), magistrado e deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821) e membro da Regência do Brasil de 1822. Foi um dos primeiros professores de História do Curso Superior de Letras (1859), sócio da ARCL (desde 1854) e membro do Conservatório Nacional, do Instituto de Coimbra e de várias instituições brasileiras. A sua *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, (1860-1871, 5 vols.) foi patrocinada pelo poder político (1858, portaria do Marquês de Loulé) e pretendia dar resposta à difusão das ideias iberistas (Sérgio C. Matos, *Idem*, p. 100). Na senda de Herculano, a erudição e o rigor dos factos assentam em documentação sólida e, embora o âmbito cronológico se limite ao período entre o reinado de D. Sebastião e a Restauração, pretendeu apresentar um vasto panorama da sociedade portuguesa: quadro geral da população, agricultura, indústria, comércio e o estatuto dos diversos grupos sociais nas suas relações com o poder e as instituições, apresentadas de forma global (políticas, administrativas, judiciais e da fazenda, mas também militares, policiais, religiosas, culturais, instrução pública, assistência e caridade). É uma obra fundamental para se conhecer o quadro institucional no período tratado e mesmo na época medieval. Seria reeditada por Jorge Borges de Macedo (1971) que lhe dedicou uma introdução a valorizar o trabalho no contexto da historiografia liberal.

Um historiador aqui chamado como um exemplo marginal é José Ernesto de Sousa Caldas (1842-1932). Natural de Viana do Castelo, filho de gente «miserável», fez os seus estudos na terra e ingressou na carreira de amanuense da Repartição da Fazenda (1861). Em 1877 foi convidado pelo arcebispo de Braga a escrever um *Estudo crítico e biográfico acerca de Bartolomeu dos Mártires*. No ano seguinte, com a proteção de Manuel Pinheiro Chagas e da ARCL, conseguiu apoios para a sua investigação e com a implantação da República seria nomeado diretor geral dos negócios eclesiásticos do Ministério da Justiça (1910-1916.) Foi sócio da ARCL e do Instituto de Coimbra. A sua *História de um Fogo-Morto: (subsídios para uma história nacional) 1258-1848* (1903) e a *História da Origem e Estabelecimento da Bula Cruzada*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

em Portugal, desde a sua criação (1197) até à última reforma orgânica (1851) são duas amostras de incursão na história institucional.

Bibliografia: ANDRADE, Abel, “O poder real (séculos XIV-XVIII). Integração do absolutismo”, *Instituto*, n.º 40, 1892, pp. 210-240; ANDRADE, Fortunato de Almeida Pereira de, *História das Instituições em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1900; ID., *História de Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1910; ID., *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1910-1915, 3 vols.; ÁVILA, Joaquim Thomaz Lobo de, *Estudo de Administração*, Lisboa, Typographia Universal, 1874; AZEVEDO, L. Gonzaga de, *Cortes de Guimarães*, 1934; AZEVEDO, Rui de, “A Chancelaria Régia Portuguesa nos séculos XII e XIII, linhas gerais da sua evolução”, *Revista da UC*, vol. XIV, 1940, 54p.; BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni, MÚRIAS Manuel, direção (1940), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1940; BARRIGA, António Pinto de Meireles, *As servidões prediais em direito peninsular e português*, Lisboa, ISCEF, 1932; BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Lisboa, 1885-1922, 4 vols.; BASTO, Artur de Magalhães, *História da Santa Casa de Misericórdia do Porto*, Porto, 1934; BENSÁUDE, Alfredo, *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922; BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*, Lisboa, ARC, 1892-1902, 4 vols.; BRASÃO, Eduardo, *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa:1716-1740*, Porto, Tipografia A Portuense, 1942; CAETANO, Marcelo, “A Codificação Administrativa em Portugal (Um Século de Experiência, 1836-1935)”, revista da FDUL, n.º 2, 1934, pp. 5-88; ID., *Notas para uma Memória sobre o Conselho Ultramarino*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1938; ID., “As reformas pombalinas e pós-pombalinas respeitantes ao ultramar. O novo espírito em que são concebidas”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1940, vol III, cap III e VII; ID., “O Governo e a Administração Central após a Restauração”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1940, vol III, pp.189-198; ID., “O Município em Portugal”, *Revista Municipal*, n.º 4, Lisboa, 1940; ID., *História do Direito Português*, Lisboa, 1941; ID., “A Antiga Organização de Mesteres na Cidade de Lisboa”, prefácio a Franz-Paul de Almeida Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Subsídios para sua história*, Lisboa, 1943; ID., *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943; ID., “A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1109-1383)”, revista da FDUL, n.º 7, 1950, pp. 5-112; n.º 8, 1951, pp. 149-212; ID., *As Cortes de 1385*, Coimbra, 1951, também *Revista Portuguesa de História*, tomo 5; ID., *O Concelho de Lisboa na Crise de 1383-85*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1953; ID., “Três Livros sobre História da Administração Pública”, revista da FDUL, vol. IX, 1954, pp. 5-29; ID., *As Cortes de Leiria de 1254: Memória Comemorativa do VII Centenário*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1954; ID., prefácio, *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, Lisboa,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Fundação da Casa de Bragança, 1955; ID., *Lições de História do Direito Português*, Coimbra Editora, 1962; ID., “Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas”, revista da FDUL, vol xv, 1961-2, pp. 7-38; ID., *História Breve das Constituições Portuguesas*, Lisboa, 1965; ID., *O Conselho Ultramarino: Esboço da sua História*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967; ID., “Os antecedentes da Reforma Administrativa de 1832 (Mouzinho da Silveira)”, Revista da FDUL, vol. XXII, 1968, pp. 5-113; ID., *Manual do Direito Administrativo*, Coimbra, Almedina, 1980; CALDAS, José Ernesto de Sousa, *História da Origem e Estabelecimento da Bula Cruzada em Portugal, desde a sua introdução no Reino, em 1197, até à data da ultima reforma do seu estatuto orgânico em 20 de Setembro de 1851*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923; CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de, *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872; CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade, escrita segundo o plano de Ferdinand Denis por uma Sociedade de Homens de Letras* (8 vols). Lisboa: Tip. Franco-Portuguesa, s.d.; ID., *História de Portugal popular e ilustrada*, continuada por J. Barbosa Colen, Marques Gomes e Alfredo Gallis (14 vols), 3ª ed. Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1899-1909; COELHO, F. Adolfo, *Alexandre Herculano e o Ensino Público*, Lisboa, J.A. Rodrigues & Ca, 1910; ID., “Para a História da Instrução Popular”, *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, 1895; COELHO, P. M. Laranjo, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, Lisboa, Academia das Ciências, 1935; COSTA, António, *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870 ; ID., *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da monarquia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871; COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, FLUC, 1959, 2 vols.; CRUZ, António, *Os Mesteres do Porto, Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Porto, Empresa Gráfica, 1943; CRUZ, Guilherme Braga da, *Direitos da Família*, Coimbra, Coimbra Editora, 1942; CUNHA, Pedro José da, *A Escola Politécnica de Lisboa*, Lisboa, Faculdade de Ciências, 1937; DIAS, Carlos Malheiro, VASCONCELOS, Ernesto de, GAMEIRO, Alfredo Roque, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921-1924 (3 vols), edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil; FERREIRA, Godofredo, *A Mala Posta em Portugal: algumas notas para a sua história*, Lisboa, Sociedade Astória, 1946; FIGUEIREDO, José Anastácio de, *Synopsis Chronológica de Subsídios, ainda os maiores, para a Historia e estudo critico da Legislação Portugueza*, Lisboa, ARC, 1790; ID., “Memória sobre a Origem dos nossos Juizes de Fora”, *Memórias de Literatura Portugueza*, Lisboa, ARC, Tomo I, 1792, pp. 31-60; FREITAS, Justino António, *Ensaio sobre as Instituições de Direito Administrativo Portuguez*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1859; GODINHO, Vitorino Magalhães, *A historiografia portuguesa – orientação, problemas, perspectivas*, São Paulo, 1955 (*revista de História*, n.ºs 21/22, 1956); GODOLFIM, Costa, *As Misericórdias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897; GONÇALVES, Caetano, *Supremo Tribunal de Justiça: Memória Histórico-Crítica no primeiro centenário da sua fundação (1832-1932)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; GRAINHA,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Manuel Borges, prefácio, *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.; ID., *Histoire de la Franc-Maçonnerie en Portugal (1733-1912)*, Lisboa, A Editora, 1913; HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R., “As três versões do neo-institucionalismo”, *Lua Nova*, n.º 58, 2003, pp. 193-223; HERCULANO, Alexandre, *Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres*, Lisboa, A. Herculano, 1841; ID., *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859-1864, 2.ª edição, 3 vols; ID., *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III*, Lisboa, Viúva Bertrand e Filhos, 1863-1868, 4 vols (3.ª edição): HESPANHA, António Manuel, *A História do Direito na História Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978; ID., “Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-50), *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, pp. 795-812; ID., “Introdução bibliográfica à história do direito português”, *Boletim da FDUC*, 49 (1974), 50(1974) e 55 (1979); ID., *História das Instituições, Época medieval e moderna*, Coimbra, Almedina, 1982; ID., “A historiografia jurídico-institucional e a «morte do estado»”, *Anuário de Filosofia del Derecho*, Madrid, Instituto Nacional de Estudios Juridicos, 1986, pp. 191-227; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1985), “Gama Barros, historiador das instituições administrativas”, *Revista da FLUP*, História, 2.ª série, 1985, pp. 235-247; ID., «Do Liberalismo à República ou um Tempo de Oportunidades Perdidas: para um perfil do “historiador português” de Oitocentos», *Revista Portuguesa de História*, 42 (2011), pp. 85-94. Também in MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (Coord.) – *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*, Porto, Fac. Letras / UP, 2013, pp. 115-124; LANGHANS, Franz-Paul de Almeida, *As Posturas: Estudos de Direito Municipal*, Lisboa, FDUL, 1937; ID., *As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Subsídios para sua história*, Lisboa, 1943-46 (2 vols.); ID., *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949; ID., “*História das Instituições de Direito Público, Fundamentos Jurídicos da Monarquia Portuguesa*”, *Boletim do MJ*, n.º 20, 1950, pp. 65-148 e n.º 21, 1950, pp. 37-73; ID., *A administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia*, revista da FDUL, vols. VII e VIII, 1951; LAPA, Albino dos Santos, *Subsídios para a história da Polícia de Segurança Pública do Porto*, Lisboa, Tipografia Astória, 1955; ID., *Para a história dos governadores civis de Portugal*, Guimarães, 1958; ID., *História da Polícia de Lisboa*, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1964; LARANJO, José Frederico, *Princípios e Instituições de Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894; LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, Livraria Portugália, 1938; LOUREIRO, José Pinto, *Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra: Elementos para a sua História*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1937; ID., *Administração Coimbrã no século XVI*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1942; LUZ, Francisco Paulo Mendes da, *O Conselho da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952; MACHADO, Bernardino, *A Universidade de Coimbra*, Coimbra, tip. França Amado, 1908; MANIQUE, António Pedro, *Mouzinho da Silveira, Liberalismo e Administração*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989; MARQUES, A.H. de Oliveira, org., *Antologia da Historiografia Portuguesa*, Mem Martins, Europa-América, 1974; MARQUES, Maria Adelaide Salvador, “A Real Mesa Censória e a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cultura nacional, aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII”, Coimbra, Boletim da Biblioteca da UC, 1963, vol. XXVI, pp. 87-99; MATOS, Gastão de Melo de, “Nota sobre os postos no exército português”, *Arqueologia e História*, vol. VIII, Lisboa, 1932, pp. 5-26; MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998; MATOSO, A. Gonçalo, *A paróquia, sua evolução histórica e influencia civilizadora*, Lisboa, 1964 e *Lumen*, n.º 37, 1963, pp. 447-460; MAURÍCIO, Carlos, *A Invenção de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005; MERÊA, Manuel Paulo, *O Poder Real e as Cortes*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923; ID., “Da Minha Gaveta, Os Secretários de Estado do Antigo Regimen”, Boletim da FDUC, vol. XL, Coimbra, 1964, pp. 191-202; MILLARD, Eric, “Hauriou et la théorie de l’institution”, *Droit et Société*, n.º 30/31, 1995, pp. 381-412; MONCADA, Luís Cabral de Oliveira de, “A posse de «Ano e Dia» e a prescrição aquisitiva nos costumes municipais portugueses”, *Boletim da Faculdade de Direito*, 10, 1926-28, pp. 121-149; ID., “O «século XVIII» na legislação de Pombal”, *Boletim da Faculdade de Direito*, 9, 1925-26, pp. 167-202; ID., “O «Tempo», o «Trastempo» e a prescrição aquisitiva nos costumes municipais portugueses”, *Boletim da Faculdade de Direito*, 11, 1929, pp. 16-60; MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão, *Memória sobre Os Escrivães da Puridade dos Reis de Portugal, e do que a este officio pertence*, Lisboa, 1835; ID., “Memória sobre os Chancelleres Mores de Portugal, considerados como primeiros Ministros do despacho e expediente dos nossos Soberanos”, *Memórias da ARCL*, vol. XII, 1837, pp. 91-107; ID., “Memória sobre os Secretários dos Reis e Regentes de Portugal desde os antigos tempos da Monarquia até à aclamação de el-Rei D. João IV”, Lisboa, *Memórias da ARCL*, 1844; ID., *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824 e terminadas em 15 de Julho de 1835*, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933; NORONHA, Eduardo de, *Origens da Guarda Nacional Republicana*, Lisboa, GNR, 1950; OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Universal, 1882-1911, 17 vols; OLIVEIRA, Frei Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa composto pelo padre Frey Nicolao d’Oliveira, religioso da Ordem da Sanctíssima Trindade, e natural da mesma cidade, dirigido a D. Pedro d’Alcáçova, alcaide mor das três villas, Campomayor, Ongvella, e Idanha a Nova, e comendador das Idanhas*, Lisboa, Imprensa Régia, 1804; OLIVEIRA, Miguel de, *História da Igreja: resposta a um crítico ou crítica duma resposta*, Lisboa, União Gráfica, 1938 ; ID., *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1940; ID., *As paróquias rurais portuguesas, sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950; PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, editores (1904), *Diccionario Histórico, Chorografico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico...* Lisboa, João Romano Torres, 1904-1915, 7 vols; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva, *Diccionario Jornalístico Portuguez*, Lisboa, ACL, 1889 (edição em DVD, Academia das Ciências & Impresa, 2009, coordenação de José Subtil); PERES, Damião, dir, *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1928-1981,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

10 vols (os primeiros 9 vols publicados entre 1928 e 1954); PIMENTA, Alfredo, “As Cortes Antigas em Portugal”, *Subsídios para a História de Portugal: Textos & Juízos Críticos*, Lisboa, Edições Europa, 1937, pp. 387-487; ID., “As liberdades municipais no século xv”, *Boletim Arquivo Municipal de Guimarães*, n.º 9, 1944, pp.1-9; PINA, Luís de, “Expansão Hospitalar Portuguesa Ultramarina”, *Brotéria*, n.º 36, 1943, pp. 388-440; ID., *Faculdade de Letras do Porto. Breve História*, Porto, Gráfica do Porto, 1968; PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Exposição synoptica do systema geral da fazenda pública em Portugal: segundo a legislação vigente e em conformidade com a Carta Constitucional da Monarchia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847; PINTO, António Ferreira, *O cabido da Sé do Porto: subsídio para a sua história*, Porto, Câmara Municipal, 1940; RAMOS, José da Silva, *A Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Misericórdia, 1931; RAU, Virgínia de Bivar Robertes, *A Casa dos Contos*, Coimbra, Tipografia Atlântida, 1951; REIS, Pascoal José de Melo Freire dos, *Instituições de Direito Civil Português*, tradução portuguesa de Miguel Pinto de Menezes, *Boletins do Ministério da Justiça* n.º 162 (1967), pp. 31-139; n.º 163 (1967), pp. 5. 123; n.º 164 (1967), pp. 17-147; n.º 165 (1967), pp. 36-156; n.º 1566 (1967), pp. 45-180; n.º 168 (1967), pp. 27-165; n.º 170 (1967), pp. 89-134; n.º 171 (1967), pp. 69-168; RIBEIRO, Fernanda, *O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista*, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>; RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Chronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiástica e Civil*, Lisboa, ARC, 1810-1836 (5 vols); RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Lisboa, ARC, 1871- 1914, 19 vols; RIBEIRO, Vitor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua história) 1498-1898, Instituição, Vida Historica, Estado Presente e seu Futuro*, Lisboa, ARC, 1902; ID., *História da Beneficência Pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907; ROCHA, Manuel António Coelho da, *Ensaio sobre a História do Governo e Legislação de Portugal para servir de Introdução ao Estudo do Direito Pátrio*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1841; ID., *Instituições de Direito Civil Português, para uso dos seus discipulos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1848; RODRIGUES, Maria Teresa Campos, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1962; SÁ, Eduardo Dally Alves de, *Supremo Tribunal de Justiça: Evolução histórica desta Instituição....*Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872; SÁ, José António de, “Sobre a origem e jurisdição dos corregedores das comarcas”, *Memórias da Literatura*, ARCL, vol VII, 1806, pp. 297-307; SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e, *Prelecções do Direito Pátrio, Público e Particular ...* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1793-1805 (reprodução em António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984); SANTARÉM, Visconde de, *Memórias para a História, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebraram pelos Tres Estados do Reino, ordenadas e compostas neste anno de 1824*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827-8 (nova edição e um estudo de António Sardinha



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1924); SANTOS, Augusto Joaquim Alves dos, *O Ensino Primário em Portugal nas suas relações com a História Geral da Nação*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1913; SANTOS, Clemente José dos, barão de São Clemente, *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-90 (oito volumes); SARAIVA, José Hermano, “Evolução Histórica dos Municípios Portugueses”, *Problemas de Administração Local*, Lisboa, Centro de Estudos Políticos Sociais, 1957, pp. 63-120; SARAIVA, José Mendes da Cunha, *A Administração superior da Fazenda e os seus ministros*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1952; SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1955), *História do Teatro Nacional Dona Maria II*, Lisboa, 1955; ID., *O Palácio Nacional da Ajuda: Resenha Histórica*, Lisboa, Direção-Geral da Fazenda Pública, 1961; SERRA, Adriano Pais da Silva Vaz, *A enfiçuse no direito romano, peninsular e português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1926 (tese de doutoramento); SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e crítica*, Lisboa, Editorial Verbo, 1972-74; SERRÃO, Joel, direcção, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979 (publicado entre 1963 e 1971); SILVA, Cristina Nogueira da, Xavier, Ângela Barreto e Cardim, Pedro, organizadores (2015), *António Manuel Hespanha, Entre a História e o Direito*, Coimbra, Almedina, 2015; SILVA, Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez* (continuado por Wesceslau de Brito Aranha e J.J. Gomes de Brito), 1858-1958, 25 volumes; SILVA, José Veríssimo Álvares da, “Memoria sobre a forma dos juízos nos primeiros séculos da Monarquia Portuguesa”, *Memórias da ARCL*, 1796; SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1860-1871 (5 vols); SOARES, Torquato Brochado de Sousa, *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, 1935; ID., “As cortes Portuguesas”, *Revista Portuguesa de História*, tomo II, 1943; ID., “A Organização Municipal do Porto no Tempo do Infante D. Henrique”, *Studium Generale*, n.º 7, 1960, pp. 223-241; SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política d’este reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, 19 vols; ID., *História do Cerco do Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846-1849; ID., *História do reinado de el-Rei D. José e da administração do marquez de Pombal....*, Lisboa, Tipografia Universal, 1867; ID., *Vida do Marquez de Sá da Bandeira e Reminiscência de alguns dos*, Lisboa, Tipografia Viúva Sousa Neves, 1887-1888; SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Pratico, remessivo às leis compiladas e extravagantes*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825-1827, 3 vols.; ID., *Primeiras Linhas sobre o Processo Civil*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825; TORRAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; VALE, Alexandre Lucena e, *História e municipalidade*, Viseu, Tipografia Beira Alta, 1967; ID., *Génese e evolução do município português*, Lisboa, 1973; VILHENA, Tomás Maria de Almeida Manuel de, *A Casa de Bragança, Memória Histórica*, Lisboa, 1886; VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram, Lisboa, 1798-99, reedição de 1983-84, Livraria Civilização, 2 vols.; ZÚQUETE, Afonso, *Leiria, Subsídios para a Historia da sua Diocese*, Leiria, Gráfica, 1943.

José Subtil



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA